

NAFTA: comprovação das proposições marxistas sobre o livre-comércio

NAFTA: proof of the marxist propositions about free trade

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2017v5.n1.p5](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5.n1.p5)

Carlos Serrano Ferreira¹

Recebido em: 05 de junho de 2017

Aprovado em: 04 de outubro de 2017

RESUMO

O artigo aborda temas centrais nos debates nas Relações Internacionais: o livre-comércio e a integração comercial. Em particular, as integrações entre países de níveis dessemelhantes de desenvolvimento. O objetivo geral teórico é apontar a existência de forma distinta de pensar a integração comercial, que transcende a dicotomia entre livre-comércio e autarquia, introduzindo a perspectiva marxista. Como objetivo prático busca colaborar com os debates sobre a integração latino-americana, vista como necessidade. O artigo apresenta o pensamento de alguns autores marxistas – incluindo Marx – que contribuíram sobre o tema frente às transformações no modo de produção capitalista internacional e que abordaram as relações entre o centro e a periferia a partir de diferentes pontos, do centro, no caso de Lênin, da periferia, no caso da Teoria Marxista da Dependência. Para testá-las realiza o estudo de caso do NAFTA, comprovando o papel regressivo para o México. O artigo conclui respondendo afirmativamente a pergunta de partida: as proposições marxistas sobre o caráter destruturador para os países periféricos da integração comercial com os países centrais são corretas?

Palavras-chave: Livre-comércio; Integração Comercial; NAFTA; Marxismo; Teoria Marxista da Dependência.

ABSTRACT

The article addresses central themes in the debates in International Relations: free trade and trade integration. In particular, it addresses the integration between countries of dissimilar levels of development. The general theoretical objective is to point out the existence of a distinct way of thinking about trade integration, which transcends the dichotomy between free trade and authority by introducing the Marxist perspective. As a practical objective seeks to collaborate with the discussions on the Latin American integration, seen as a necessity. The article begins by presenting the thinking of some Marxist writers – including Marx – who contributed to the subject in the face of transformations in the international capitalist mode of production and who approached the relations between the center and the periphery from different points of view, from the center, in the case of Lenin, from the periphery, in the case of the Marxist Theory of Dependency. To test them, it carries out the case study of NAFTA, proving the regressive role for Mexico. The article concludes by answering the starting question in the affirmative: Are the Marxist propositions about the destructuring character of trade integration with the core countries for the peripheral countries correct?

Keywords: Free trade; Trade Integration; NAFTA; Marxism; Marxist Theory of Dependency.

1. Cientista Político, professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ, vice-coordenador do LEHC/UFRJ. Doutorando em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política, no ISCSP da Universidade de Lisboa, com o projeto de investigação ligado ao grupo "Política e Governo" do Centro de Administração e Políticas Públicas. ORCID: orcid.org/0000-0003-1905-8782.

Introdução

Nunca os fluxos de trocas comerciais foram tão grandes como agora na 'globalização'. De fato, "[...] desde o final da II Guerra, o comércio aumentou mais rapidamente do que a produção, o que atesta a crescente internacionalização das actividades económicas e da cada vez maior interdependência que caracteriza a economia mundial" (COSTA, 2010, p.72). A ortodoxia econômica postula o caráter benéfico das trocas comerciais internacionais, existindo "[...] um consenso, relativamente generalizado [...] de que é possível estabelecer uma relação positiva entre comércio e crescimento económico" (COSTA, 2010, p.73).

No entanto, mesmo com quase todos os espaços econômicos "[...] organizados para se adaptarem a um ambiente de abertura e liberalização crescentes ao comércio externo e aos fluxos de capital [...] vivemos num mundo marcado por fortes assimetrias" (COSTA, 2010, p.18). A desigualdade entre nações é enorme. Mesmo um defensor do livre-comércio como Joseph Stiglitz (2002, p.X, tradução nossa), que crê que a "[...] globalização [...] pode ser uma força para o bem e que tem o potencial para enriquecer a todos no mundo, particularmente os pobres"², assume que no Banco Mundial pôde ver em "[...] em primeira mão, o efeito devastador que a globalização pode ter nos países em desenvolvimento, e especialmente nos pobres dentro desses países"³.

Ainda assim, os liberais – inclusive nas Relações Internacionais – afirmam que o "comércio livre é benéfico para todos os agentes económicos" (COSTA, 2010, p.81) e os processos de integração comercial avançam. O que é notável é que se a primeira vaga de Acordos Regionais Comerciais, iniciada com a CEE (1957) e a EFTA (1960) na Europa eram estabelecidos entre países do mesmo nível de desenvolvimento, na segunda vaga dos anos 1980 inicia-se a primeira integração entre países de níveis diferentes de desenvolvimento com o NAFTA que entrou em vigor em 1994 entre EUA, Canadá e México (COSTA, 2010).

Até mesmo um crítico das relações Norte-Sul, um dos criadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), Theotonio dos Santos, afirma a necessidade da integração econômica como etapa transitória de uma mudança civilizacional rumo à gestão planificada global, sendo as integrações regionais "[...] já a manifestação intermediária desse processo [...] pois] a dimensão das novas escalas de produção é cada vez mais planetária; é preciso pensar e atuar a esse nível para estar à altura das possibilidades criadas pela Revolução Científico-Técnica"⁴ (SANTOS, 2004, p.17, tradução nossa). Esta defesa da integração econômica por um marxista latino-americano não é contraditória com a crítica ao livre-comércio, pois pressupõe a impossibilidade de integração entre países de níveis de desenvolvimento dessemelhantes em uma perspectiva emancipatória para os mais atrasados, que esta só aprofunda as relações de dependência dos países periféricos para com os centrais.

Essa perspectiva de integração entre iguais afasta os nacionalistas e os críticos radicais (marxistas), pois se "[...] defendem que o comércio livre pode desestruturar as economias nacionais, agravar as desigualdades de desenvolvimento entre os vários países e prejudicar o ambiente" (COS-

2. "[...] globalization [...] can be a force for good and that it has the potential to enrich everyone in the world, particularly the poor".

3. "[...] firsthand the devastating effect that globalization can have on developing countries, and specially the poor within those countries".

4. "[...] ya la manifestación intermedia de ese proceso [...] pues] la dimensión de las nuevas escalas de producción es cada vez más planetaria; es preciso pensar y actuar a ese nivel para estar a la altura de las posibilidades creadas por la revolución científico-técnica"

TA, 2010, p.81), os marxistas se distinguem dos protecionistas como o estadunidense Alexander Hamilton (séc.XVIII), o alemão Georg Friedrich List (século XIX) ou os estruturalistas cepalinos, como Raúl Prebisch (anos 1950). Se não são partidários do livre-comércio, também não defendem nem autarquias, nem um protecionismo educador de um List. Não se encaixam em nenhuma das duas grandes visões que este contrapõe: a *cosmopolitical economy*, que defende o livre comércio em uma perspectiva global da Humanidade, e a *political economy* que “[...] inquire sobre como uma determinada nação pode obter (sob as condições existentes do mundo) prosperidade, civilização e poder, por meio da agricultura, indústria e comércio”⁵ (LIST, 1909, p.II.XI.2, tradução nossa). Para os marxistas, o livre-comércio mundial e o mercado não trazem melhorias ou desenvolvimento como dizem os liberais, nem centram sua análise na disputa pelo poder nacional, como List (e realistas), ou em medidas corretivas que possibilitem o desenvolvimento com vistas à melhor inserção no mercado mundial, como os estruturalistas cepalinos. Os marxistas têm uma visão integrada, não separam os elementos da política e da economia.

5. “[...] inquiry how a given nation can obtain (under the existing conditions of the world) prosperity, civilisation, and power, by means of agriculture, industry, and commerce.”

Contudo, neste momento de pensamento único, a reflexão marxista sobre a questão é pouco analisada. Como o tema de integração econômica é muito lato, se restringirá aqui aos processos de integração comercial entre países de níveis dessemelhantes.

A pergunta de partida é: estão corretas as proposições marxistas sobre o caráter destruturador para os países periféricos da integração comercial com os países centrais? A hipótese central é de que realidade confirma a teoria marxista. Para comprová-la se aplicará a análise marxista em um estudo de caso da primeira integração comercial de tipo desigual, o NAFTA.

Antes se analisará o pensamento de alguns autores marxistas que trazem contributos sobre o tema, e refletem atualizações frente às transformações que se processaram no modo de produção capitalista internacional (a passagem do capitalismo livre concorrencial para o capitalismo imperialista) e que abordaram as relações entre o centro e a periferia sistêmicas a partir de diferentes pontos, do centro, no caso de Lênin, da periferia, no caso da TMD. Obviamente, não se abordará toda a bibliografia destes, pois ultrapassaria os limites deste artigo, mas, se realizará uma breve exposição do pensamento de cada um sobre o tema.

O objetivo geral teórico é apontar a existência de forma distinta de pensar a integração comercial, que transcende a dicotomia entre livre-comércio e autarquia, introduzindo um postulado do marxismo que é a luta de classes e sua expressão mediada na luta entre nações – sem esta anular a luta de classes nacional e internacional; o objetivo prático, é colaborar para os debates sobre as perspectivas mais avançadas para a integração latino-americana, necessidade do desenvolvimento regional.

.....
 O pensamento marxista sobre o comércio:

A produção capitalista é sempre, pese a sua mesquinhez, uma dilapidadora no que se refere ao material humano, do mesmo modo que em outro terreno, graças ao método de distribuição de seus produtos por meio do comércio e ao

6. "La producción capitalista es siempre, pese a su tacañería, una dilapidadora en lo que se refiere al material humano, del mismo modo que en otro terreno, gracias al método de la distribución de sus productos por medio del comercio y a su régimen de concurrencia, derrocha los recursos materiales y pierde de un lado para la sociedad lo que por otro lado gana para el capitalista individual."

7. "[...] es imposible inferir nada sobre la racionalidad total de un sistema basándose en el nivel de racionalidad que pueden haber alcanzado algunas de sus partes".

8.. "[...] uno de los rasgos peculiares [del capitalismo], que la racionalización de sus partes [...] no está acompañada por un aumento de la racionalidad del orden social y económico como totalidad"

seu regime de concorrência, desperdiça os recursos materiais e perde de um lado para a sociedade o que por outro lado ganha para o capitalista individual.⁶ (MARX, s.d.a, p.66, tradução nossa)

Para Marx, o sistema anárquico e destrutivo capitalista inclui o comércio, que como distribuidor da riqueza produzida participa do jogo do mercado, forma irracional de gestão da produção. Ressalve-se que ainda que existam elementos racionais em suas partes, como alertam Paul A. Baran e Paul Sweezy, "[...] é impossível inferir nada sobre a racionalidade total de um sistema se baseando no nível de racionalidade que podem ter alcançado algumas de suas partes"⁷ (BARAN; SWEEZY, 1967, p.17, tradução nossa). É "[...] um dos traços peculiares [do capitalismo], que a racionalização de suas partes [...] não está acompanhada por um aumento da racionalidade da ordem social e econômica como totalidade"⁸ (BARAN; SWEEZY, 1967, p.17, tradução nossa).

Na sociedade capitalista, as relações entre os produtores assumem a forma da troca de mercadorias, e com a intermediação do dinheiro "[...] os atos de compra e de venda aparecem como dois atos mutuamente indiferentes, atos separados no espaço e no tempo" (MARX, 2011, p.144). Então, a racionalidade da organização do comércio, com toda a estrutura que desenvolve, assume a forma de uma empresa racional, mas é, de fato, aparência que encobre a estrutura irracional de distribuição e troca de riquezas onde

[...] ainda que os momentos singulares desse movimento partam dos desejos conscientes e dos fins particulares dos indivíduos, a totalidade desses processos aparece como uma conexão objetiva que emerge de maneira natural e espontânea; totalidade que [...] resulta da interação dos indivíduos conscientes, mas que não está em sua consciência nem lhes está subsumida como totalidade. (MARX, 2011, p.144)

O comércio serve em um primeiro momento como força destrutiva dos antigos regimes de produção e instaurador de bases capitalistas:

Caso se considere as relações sociais que geram um sistema não desenvolvido de troca, de valores de troca e de dinheiro, ou às quais corresponde um grau pouco desenvolvido destes últimos, é desde logo claro que os indivíduos, embora suas relações apareçam mais pessoais, só entram em relação uns com os outros como indivíduos em uma determinabilidade, como suserano e vassalo, senhor e servo etc., ou como membros de uma casta etc., ou ainda como integrantes de um estamento etc. Na relação monetária, no sistema de trocas desenvolvido [...] são de fato rompidos, dilacerados, os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue, as diferenças de cultura etc. [...] e os indivíduos *parecem* independentes [...] livres para colidirem uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar [...]. (MARX, 2011, p.111)

Se a irracionalidade que o mercado e o comércio adicionam é um passo em frente na libertação social dos indivíduos dos laços que os prendiam às coletividades antigas, ao mesmo tempo impede que exerçam a coletividade de produtores em que estão inseridos. Com isso se tornam prisioneiros de novas dependências das quais nem mesmo tomam consciência.

Marx tratará da expansão do capitalismo, em particular através das transformações impostas pelo comércio internacional – com frequência produto de ações extraeconômicas e militares. Verá como leva à destruição das estruturas pré-capitalistas, como na colonização da Índia e a desestruturação do sistema de aldeia hindu, "[...] que dava a cada uma dessas

pequenas unidades a sua organização independente e a sua vida distinta” (MARX, s.d.b, s.p.). Isto não ocorre “[...] tanto em virtude da interferência brutal do cobrador de impostos britânico ou do soldado britânico, mas do trabalho do vapor inglês e do comércio livre inglês” (MARX, s.d.b., s.p.). Se causou miséria de “[...] espécie essencialmente diferente e infinitamente mais intensiva do que a que todo o Indostão teve de sofrer anteriormente” (MARX, s.d.b, s.p.), “[...] a colonização britânica transformou a Índia num país capitalista, [ainda que] dependente da agricultura” (Amin, s.d., s.p.). É nesse sentido que Marx (s.d.b., s.p.) afirmava que a Inglaterra estava a “[...] causar uma revolução social no Indostão” ainda que “[...] movida pelos interesses mais vis e [que] era estúpida na sua maneira de os impor”.

Pode parecer estranho o aparente elogio ao processo colonial, mas isto só é possível entender nos marcos de seu pensamento dialético, pois os fatos e as relações não são ‘coisas’ com significados intrínsecos, são entendidos em sua relação com a totalidade, no caso, em relação com o momento de expansão do capitalismo então progressivo. Pois, um

[...] dos principais resultados dos trabalhos científicos de Marx foi demonstrar que o capitalismo, depois de constituir um grande avanço no desenvolvimento das forças de produção e na evolução de uma sociedade mais racional, se transforma em seu próprio oposto e chega a ser um sistema irracional e retrógrado.⁹ (BARAN; SWEEZY, 1967, p.15, tradução nossa)

9. “[...] de los principales resultados de los trabajos científicos de Marx, fue demostrar que el capitalismo, después de constituir un gran avance en el desarrollo de las fuerzas de producción y en la evolución de una sociedad más racional, se transforma en su propio opuesto y llega a ser un sistema irracional y retrógrado.”

Naquele momento, podia afirmar que a Inglaterra tinha “[...] uma dupla missão a alcançar na Índia: uma destrutiva, outra regeneradora – aniquilação da velha sociedade asiática e a instalação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental [leia-se: capitalista] na Ásia” (MARX, s.d.c, s.p.). Contudo, a manutenção da colonização no período imperialista, de decadência capitalista, a tornou de civilizadora e progressista em bárbara e reacionária, geradora de dependência, com resultados nada positivos, como exemplificam seus efeitos nas relações agrárias: “O preço desta medida capitalista assimétrica no desenvolvimento agrícola foi as condições de pobreza extrema em que vive a maioria da população indiana” (AMIN, s.d., s.p.).

O papel então progressista do capitalismo explica a defesa do Marx do livre-comércio, como em seu discurso *Sobre a questão do livre-câmbio*, de 7 de janeiro de 1848, realizado para a Associação Democrática de Bruxelas, onde trata do livre-comércio em geral, e em particular sobre a “[...] abolição das leis sobre os cereais na Inglaterra [que] é o maior triunfo que o livre-câmbio alcançou no século XIX” e afirma que “sujeitar a direitos protetores os cereais estrangeiros é infame, é especular sobre a fome das populações” (MARX, s.d.d., s.p.).

Contudo, todo o discurso, dialeticamente, é extremamente virulento contra os defensores do livre-comércio. Marx inclui a questão da luta de classes, quando pergunta “como, aliás, poderiam os operários compreender a filantropia subitânea dos fabricantes, desta gente que ainda estava ocupada no combate ao projeto de lei [...] com o qual se queria reduzir o dia de trabalho dos operários das fábricas de doze para dez horas?” (MARX, s.d.d., s.p.). Afirma que existiria uma aliança possível com a burguesia contra os proprietários de terra, pois o livre-comércio serviria para o operário “[...] destruir os últimos restos da feudalidade e para ter

pela frente um único inimigo”, ainda que não existam ganhos imediatos, pois “[...] no estado atual da sociedade [...] o livre-câmbio [...] é a liberdade do capital” (MARX, s.d.d., s.p.), livre para explorar ainda mais os trabalhadores e ampliar a exploração. A redução dos preços agrícolas que compõe a base do valor da força de trabalho reduzirá o salário, pois

se todas as mercadorias estiverem mais baratas, o trabalho, que é também uma mercadoria baixará também de preço [...] proporcionalmente muito mais do que as outras mercadorias. O trabalhador, depois de ter confiado na argumentação dos economistas, verificará que o franco se derreteu em seu bolso, e que não lhe restam senão cinco soldos. (MARX, s.d.d., s.p.)

Marx defende o livre-comércio por avançar as forças produtivas, mas não defende que melhorará as condições dos trabalhadores:

Toda esta argumentação se reduz ao seguinte: o livre-câmbio aumenta as forças produtivas. Se [...] o capital produtivo aumenta a procura de trabalho, o preço do trabalho e, como consequência, o salário, aumentam igualmente. A melhor condição para o operário é o crescimento do capital. E é preciso concordar com isso. Se o capital permanecer estacionário, a indústria não permanecerá somente estacionária, mas declinará, e neste caso, o operário será a primeira vítima. Ele perecerá antes do capitalista. E se o capital continuar a crescer nesse estado de coisas que apontamos, o melhor para o operário, qual será a sua sorte? Perecerá igualmente. O crescimento do capital produtivo implica a acumulação e a concentração dos capitais. A concentração dos capitais leva a uma maior divisão do trabalho e a um maior emprego de máquinas. A maior divisão do trabalho destrói a especialização do trabalho [...] pondo no lugar [...] um trabalho que toda gente pode fazer [...] Assim, à medida que o capital produtivo cresce, a concorrência entre os operários aumenta numa proporção muito mais intensa. A retribuição do trabalho diminui para todos, e o fardo do trabalho aumenta para alguns. (MARX, s.d.d., s.p.)

Isto é assim, pois o livre-comércio faz com que “todos os fenômenos destruidores que a livre concorrência faz nascer no interior de um país se reproduz[a]m em proporções mais gigantescas no mercado mundial” (MARX, s.d.d., s.p.). Ele apoia naquele momento o livre-comércio, pois acelera a disseminação do capitalismo, seu amadurecimento e posterior crise, sendo assim benéfico aos trabalhadores do ponto de vista histórico – mesmo que tendo resultados imediatos maléficis aos trabalhadores – pois,

nos nossos dias, o sistema do livre-câmbio é destruidor. Ele dissolve as antigas nacionalidades e leva ao extremo o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Numa palavra, o sistema da liberdade de comércio apressa a revolução social. É somente neste sentido revolucionário, senhores, que eu voto em favor do livre-câmbio. (MARX, s.d.d., s.p.)

Como o livre-comércio é a expansão mundial da livre-concorrência interna aos Estados, e o capitalismo não pode ser superado com um retorno ao passado, mas apenas em um sistema superior, o protecionismo – no que se aproxima de List – não é alternativa ao livre-comércio e ao capitalismo, mas um caminho para ele,

[...] um meio de se estabelecer numa nação a grande indústria, [...] de fazê-la depender do mercado mundial, e desde que se dependa do mercado mundial já se depende mais ou menos do livre-câmbio. Além disso, o sistema protecionista contribui para desenvolver a livre concorrência no interior de um país. É por isso que vemos a burguesia fazer grandes esforços para ter direitos de proteção nos países onde ela começa a se fazer valer como classe [...]. Esses direitos são para ela armas contra a feudalidade e contra o governo absoluto, um meio de concentrar suas forças, de realizar o livre-câmbio no interior do seu próprio país. (MARX, s.d.d., s.p.)

Contudo, Marx já percebia tendências que depois amadurecerão, de monopolização e controle capitalista de uma nação por outra, e questiona a teoria das vantagens comparativas – que eterniza teoricamente as desigualdades produtivas historicamente produzidas, em muitos casos pela força:

Alega-se [...] que o livre-câmbio faria nascer uma divisão internacional do trabalho, a qual atribuiria a cada país uma produção em harmonia com seus recursos naturais. Pensais, talvez, senhores, que a produção de café e de açúcar é o destino natural das Índias Ocidentais. Dois séculos antes, a natureza, que não se preocupa muito com comércio, não havia colocado naquela região nem cafeeiros nem cana de açúcar. E não se passará talvez nem meio século, e não encontrareis mais ali nem café nem açúcar, pois as Índias Orientais, através de uma produção mais barata, já enfrentaram vitoriosamente este pretensão destino natural das Índias Ocidentais. (MARX, s.d.d., s.p.)

Essas tendências estarão maduras no tempo de Lênin, do imperialismo. É um “[...] período histórico de transição [para o socialismo] que se inaugurou com a vitória definitiva do capital financeiro mundial” (LENINE, 1974, p.167). Será caracterizado pelos “monopólios, oligarquias, tendências para o domínio em vez de tendências para a liberdade, exploração de um número sempre crescente de nações pequenas e fracas por um punhado de nações extremamente ricas ou poderosas: tudo isto originou os traços específicos do imperialismo que permitem caracterizá-lo como um capitalismo parasitário ou putrefacto” (LENINE, 1974, p.167). Contudo, é “[...] um erro pensar que esta tendência para a putrefacção impede o rápido crescimento do capitalismo [...]. Certos ramos da indústria, certas camadas da burguesia, certos países revelam, na época do imperialismo, [...] ora uma ora outra destas tendências” (LENINE, 1974, p.167).

O que é distintivo do imperialismo é a constituição de uma sociedade hierárquica de nações com “o desenvolvimento desigual, e por saltos, [...] dos diferentes países é inevitável em regime capitalista” (LENINE, 1974, p.81). Desta maneira, “Lenine usa a lógica da luta de classes de Marx e transfere-a para as relações entre países, expandindo o pensamento marxista e analisando a relação de exploração e dominação dos países capitalistas sobre as colônias” (GUIMARÃES, 2005, p.100). Contudo, a descolonização não destruiu as relações de hierarquia, pois o colonialismo pregresso criou as condições do que seria chamado de dependência pela TMD.

O que a análise leninista demonstra é que o comércio não é livre. A expansão da exportação de capitais pelos países imperialistas distorce os vínculos que se estabelecem entre os monopólios e os países dependentes, “[...] no mercado público a concorrência é substituída pela utilização de “relações” com vista à obtenção de transações vantajosas. Antes da concessão de um empréstimo, é vulgaríssimo exigir que ele seja utilizado, em parte, na compra de produtos ao país mutuante” (LENINE, 1974, p.86). Mais do que isso: a transformação do capitalismo de força progressista em decadente muda o caráter que o comércio possuía de força progressiva em reacionária, construtora de dependência.

A base central do pensamento desenvolvido na periferia do mundo pelos marxistas da TMD é que, ao contrário das teorias da modernização, o subdesenvolvimento não é uma fase pela qual passam esses países em

“[...] um mesmo caminho de desenvolvimento para as diversas sociedades nacionais” (MARTINS, 2011, p.224). Estas “sociedades não estavam em etapas ou tempos distintos. Pertenciam a posições distintas de um mesmo espaço temporal e geográfico: o moderno sistema mundial” (MARTINS, 2011, p.224). Como dizia Andre Gunder Frank (1966, p.17, tradução nossa) em seu célebre *The Development of Underdevelopment*,

[...] nossa ignorância da história dos países subdesenvolvidos nos leva a assumir que seu passado e, de fato, seu presente se assemelha a estágios anteriores da história dos países agora desenvolvidos. [...] Conseqüentemente, a maioria de nossa teoria falha em explicar a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo e ter em conta a geração simultânea do subdesenvolvimento em algumas de suas partes e do desenvolvimento econômico em outras.¹⁰

10. “[...] our ignorance of the underdeveloped countries’ history leads us to assume that their past and indeed their present resembles earlier stages of the history of the now developed countries. [...] Consequently, most of our theory fails to explain the structure and development of the capitalist system as a whole and to account for its simultaneous generation of underdevelopment in some of its parts and of economic development in others.”

Foi a inserção no circuito do capitalismo comercial pré-capitalista com o colonialismo e a manutenção de relações de dependência que possibilitou o desenvolvimento do subdesenvolvimento e uma estrutura de relações internacionais que passou a funcionar de forma “natural”, sem necessidade de reforço extra-econômico, se automatizando.

O colonialismo permitiu que os países europeus dominassem as economias da periferia, concentrando a produção em determinados sectores (tal como os minérios, madeira, borracha), tornando os países menos desenvolvidos tomadores de preços e vulneráveis às flutuações dos mercados mundiais. (GUIMARÃES, 2005, p.101)

11. “[...] venía a reforzar los intereses de la oligarquía comercial exportadora, a pesar de que abría realmente una nueva etapa de la dependencia en dichos países”.

Os investimentos imperialistas nos países dependentes “[...] veio a reforçar os interesses da oligarquia comercial exportadora, apesar de que abriu realmente uma nova etapa da dependência nesses países”¹¹ (SANTOS, 2011, p.356, tradução nossa). Por isso, as relações de dependência podem mudar de forma, mas continuam, pois a base da dependência permanece: o condicionamento do desenvolvimento de um grupo de países por outro, condicionando suas estruturas internas econômicas e sociais (SANTOS, 2011).

Ruy Mauro Marini (2005a, p.147) afirma que com a inserção dependente da América Latina no livre-comércio no século XIX, através da “incorporação ao mercado mundial de bens-salário [alimentos, principalmente], a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais”. Outra parte necessária da dependência é a grande descoberta de Marini: a superexploração da força de trabalho. As nações dependentes, afetadas pela troca desigual – engendrada pela especialização no período colonial e refeita em novos patamares após o processo de industrialização em níveis inferiores tecnológicos ou desnacionalizados – “procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2005a, p.153). É parte central da reprodução da dependência o comércio internacional e o livre-comércio.

Contudo, a análise das relações de dependência não pressupõe a defesa do protecionismo ou da autarquia. Como aponta Marini (2005b, p.232), a questão fundamental é que a ruptura com a dependência pressupõe uma integração econômica e comercial, mas entre os países dependentes, como na América Latina, sendo “pré-requisito indispensável para nossa integração à economia mundial”, agora que as forças produtivas se tornaram globais (SANTOS, 2004). Marini adenda a questão de classe –

que é redundante, pois só é possível romper com a dependência e realizar uma integração soberana e não desigual quando comandada rumo ao socialismo pelas forças populares – ainda que aqui apresentada de forma mediada na conjuntura de ofensiva burguesa:

Há um aspecto [...] relevante: retirar a integração da competência exclusiva dos governos e da burguesia, mediante o desdobramento de uma maior iniciativa por parte das forças populares, o que supõe a coordenação de esforços no plano sindical e cultural, assim como partidário e parlamentar. [...] A integração deve deixar de ser uma mera negociação, destinada tão somente a garantir áreas de inversão e mercados, para se converter num grande projeto político e cultural, tal como tem sido concebida pela melhor tradição da esquerda latino-americana. (MARINI, 2005b, p.233)

Resumindo então as elaborações marxistas sobre o tema, podemos afirmar que: para esta corrente o comércio não é necessariamente progressivo ou regressivo, apenas generaliza as tendências do capitalismo – sendo progressivo na fase progressiva e regressivo na fase regressiva; o livre-comércio entre países imperialistas e dependentes reproduz e aprofunda a centralidade dos imperialistas e a dependência dos países dependentes, e esta leva à desestruturação produtiva e à ampliação da exploração sobre a classe trabalhadora. Esta também afirma que a nova etapa capitalista, que cria as condições para um sistema socialista mundial, coloca a emergência de um sistema produtivo global, o que impõe a integração econômica, sendo a integração comercial entre países dependentes condição para seu desenvolvimento, mas que só pode ocorrer em um sentido de ruptura com a dependência se impulsionada pelos setores populares.

O caso do NAFTA:

O North American Free Trade Agreement (NAFTA) ou Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (TLCAN) entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994, após ser firmado entre os EUA, Canadá e México dois anos antes, ampliação do Canada-US Free Trade Agreement (AGUILAR, 2006). Nele foi “[...] estabelecido um prazo de dez anos [...] para a eliminação progressiva de tarifas, de modo que em 2004 as barreiras comerciais deixassem de existir nos três países” (AGUILAR, 2006, p.844). Distintamente “[...] da União Européia e do Mercosul, o NAFTA não criou organismos centrais de coordenação política e social nem um conjunto de leis, acima das legislações nacionais” (AGUILAR, 2006, p.844). Pois ele “[...] é composto de 741 páginas, mas contém 348 páginas de anexos e 619 notas de rodapé e ampliações, perfazendo um total de 1700 páginas que propiciam um governo supranacional dos Estados Unidos” (AGUILAR, 2006, p.844).

Analisando apenas os macroindicadores e objetivos imediatos de ampliação do comércio e investimento estrangeiro direto (IED), ele parece ter cumprido com seus objetivos, pois

[...] as exportações do México aos Estados Unidos e Canadá se multiplicaram por sete (em termos nominais) entre 1993 e 2013, e [...] as importações mexicanas provenientes desses países se multiplicaram por pouco mais de quatro e oito vezes, respectivamente. De igual forma, [...] o IED que recebe México como porcentagem do PIB duplicou no período posterior ao TLCAN em comparação com o período imediatamente anterior de 1980 a 1993, ao passar de 1,3% ao 2,6% do PIB.¹² (ESQUIVEL, 2014, tradução nossa)

12. “[...] las exportaciones de México a Estados Unidos y Canadá se multiplicaron por siete (en términos nominales) entre 1993 y 2013, y [...] las importaciones mexicanas provenientes de esos países se multiplicaron por poco más de cuatro y ocho veces, respectivamente. De igual forma, [...] la IED que recibe México como porcentaje del PIB se duplicó en el periodo posterior al TLCAN en comparación con el periodo inmediatamente anterior de 1980 a 1993, al pasar del 1.3% al 2.6% del PIB.”

Porém, os dados escondem a natureza desse crescimento, que amplia a dependência econômica e decadência mexicana. Mesmo estes devem ser tomados com precaução, pois o impulso inicial vem se esgotando: se entre 1993 e 2000 as exportações mexicanas aos EUA cresceram 19,3%, entre 2000 e 2012 cresceram apenas 5,7%; as importações provenientes dos EUA cresceram no primeiro período 15,9% e depois 3,2%; por sua vez, em relação ao Canadá, com o qual parte de patamares muito mais baixos, o crescimento das exportações entre 1993 e 2000 foi de 11,5% e depois de 10,4%, e das importações de 19,2% e 7,8% (ESQUIVEL, 2014). Já o IED “[...] não se orientou para a criação de novos activos produtivos, mas para a aquisição de empresas já existentes nos sectores comercial e de serviços, destacando-se a compra quase total da banca comercial mexicana” (ANAYA, 2005). Desta maneira, “[...] o financiamento interno foi entregue, em quase 90%, às decisões e taxas de juro da banca estrangeira” (ANAYA, 2005).

Os macroindicadores apontam que o impacto do NAFTA foi negativo ou nulo, como o crescimento do PIB (a preços constantes de mercado) que foi em 1990 de 5,1%, de -6,1% em 1995, de 6,6% em 2000, de 3% em 2005, e de 4% em 2010¹³. Desconsiderando 1995 que foi de crise econômica (Efeito Tequila), e a ausência de dados para 2001, o crescimento econômico entre 1996 e 2013 foi inferior a 1990 em 12 anos; igual em 1998 e superior apenas em 1996, 1997 e 2000, sendo que foi negativo em 2009, e abaixo dos 2% em 2002, 2003, 2007, 2008 e 2013, sendo quase nulo em 2008 e 2013. Se comparado ao desempenho do total da América Latina e Caribe (doravante denominada apenas ALC), após o período 1996-2002, onde cresceu mais que o restante dos países da região, no período 2003-2013 isto só ocorreu em 2012. Contudo, a situação em relação ao principal parceiro do NAFTA foi melhor, crescendo acima das taxas americanas em 11 anos (1996 a 1998, 2000, 2004, 2006 a 2008, 2010 a 2012) e abaixo em seis (1999, 2002, 2003, 2005, 2009, 2013).

Gerardo Esquivel (2014) aponta que o México, entre 1993 e 2012, teve como média um crescimento per capita que o colocou na 15ª posição entre 17 países, com 1,2% ao ano. Se o critério for o de PIB por trabalhador, foi o 11º de 13, com apenas 0,76% (ESQUIVEL, 2014). Como ele assinala,

[...] há uma corrente de opinião que afirma que se bem o México não cresceu o suficiente, é provável que teria crescido ainda menos na ausência do TLCAN. Este argumento parece muito difícil de se sustentar, já que muitos dos países da América Latina [...] não tiveram um acordo similar e, apesar disso, cresceram mais que o México. Isto inclui, certamente, a países que passaram por uma crise muito grave, como no caso da Argentina.¹⁴ (ESQUIVEL, 2014, tradução nossa)

Como se vê, a dinâmica de crescimento do PIB da ALC e do segue as tendências dos EUA, em sincronização amplificada: quando há crescimento deste, os outros crescem em geral mais; quando há queda, os outros caem ainda mais, sendo que houve uma maior aproximação entre as taxas americanas e mexicanas, que entre as da ALC e as americanas. A ALC cresceu acima do México e dos EUA.

Isso é uma alteração em relação ao período 1980-1990, onde a média de crescimento do PIB mexicano foi maior que a da ALC (1,9% con-

13. Houve mudanças nas estatísticas da CEPAL que impossibilitam incluir os dados de 1991 a 1994, existindo apenas para o ano de 1990 nos anuários mais recentes. Sobre as mudanças consultar as notas técnicas em CEPAL (2000, 2005, 2014).

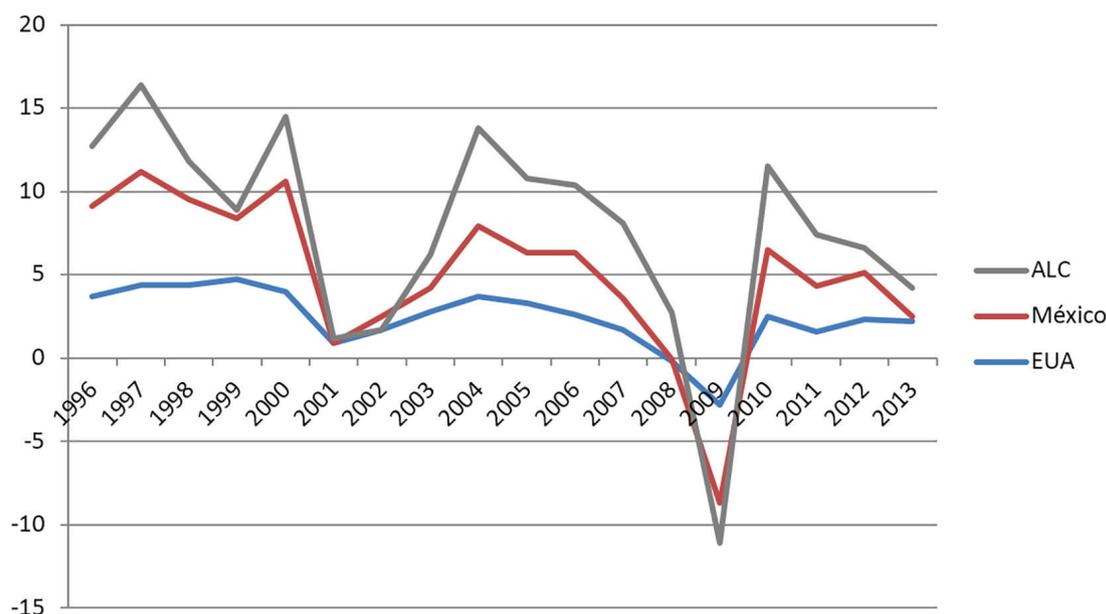
14. “[...] hay una corriente de opinión que afirma que si bien México no ha crecido lo suficiente, es probable que hubiera crecido aun menos en ausencia del TLCAN. Este argumento parece muy difícil de sostenerse, ya que muchos de los países de Latinoamérica [...] no tuvieron un acuerdo similar y, a pesar de ello, crecieron más que México. Esto incluye, por cierto, a países que pasaron por una crisis muy grave, como es el caso de Argentina.”

Tabela 1 – Taxas de crescimento do México, América Latina e Caribe e EUA entre 1990-2013

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%) MÉXICO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%) ALC	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%) EUA
1990	5,1	-0,6	1,9
1995	-6,1	1,1	2,7
1996	5,4	3,6	3,7
1997	6,8	5,2	4,4
1998	5,1	2,3	4,4
1999	3,7	0,5	4,7
2000	6,6	3,9	4,0
2001	-----	0,3	0,9
2002	0,8	-0,8	1,7
2003	1,4	2,0	2,8
2004	4,2	5,9	3,7
2005	3,0	4,5	3,3
2006	3,7	4,1	2,6
2007	1,9	4,5	1,7
2008	0,1	2,8	-0,2
2009	-5,9	-2,4	-2,8
2010	4,0	5,0	2,5
2011	2,7	3,1	1,6
2012	2,8	1,5	2,3
2013	0,3	1,7	2,2

Fontes: Para 1990, 1995-1999, CEPAL (2000); para 2000-2005, CEPAL (2005); para 2006-2013, CEPAL (2014). Para os EUA, o *World DataBank*, do Banco Mundial (<http://databank.worldbank.org/>).

Gráfico 1 – Evolução do Crescimento do PIB na América Latina e Caribe, México e EUA (1996-2013)



Fontes: Os mesmos da tabela 1.

15. Todos os *Anuários estadísticos de América Latina y el Caribe* estão em <http://www.cepal.org/es/publicaciones/tipo/anuario-estadistico-de-america-latina-y-el-caribe-statistical-yearbook-latin3>.

16. “[...] ciclos del PIB [de] México y de Estados Unidos están altamente sincronizados. Ello se debe principalmente al alto grado de integración de la economía mexicana a la estadounidense – en particular, desde la firma del Tratado de Libre Comercio”.

17. “[...] que un ajuste importante a la baja ocurrió en ambos casos en 1995 (como resultado de la crisis por la que pasó México en ese año), [...] esta caída inicial ya nunca se recuperó en el caso del PIB por trabajador y que, por el contrario, se ha ido profundizando a lo largo de los años. En el caso del PIB per cápita, esta caída inicial se ha mantenido relativamente estable, pero no se ha podido siquiera regresar a los niveles previos al TLCAN.”

18. “[...] la creciente integración al ciclo productivo de la economía de Estados Unidos [...] llevó a las empresas manufactureras mexicanas a concentrarse geográficamente en la región norte de México, en los estados fronterizos con EUA”.

tra 1,1%) (CEPAL, 2000)¹⁵, superior a outros quinze países (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai, Venezuela, Barbados, Guiana, Trinidad e Tobago) e inferior a sete (Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Paraguai, República Dominicana, Jamaica) (CEPAL, 2000). Já os EUA tiveram média de crescimento de 3%. Se tomados só o período 1985-1990, o México cresceu 1,8%, a ALC 1,7% e os EUA 3,5%. No quinquênio seguinte ao NAFTA (descartando 1995, de crise) entre 1996 e 2000 o México cresceu 5,52%, a ALC 3,1% e os EUA 4,24%. Mas, conforme o tempo avança, o impulso inicial se perde e se inverte: entre 2002-2005 (não há dados para o México em 2001) o México cresceu 2,35%, a ALC 2,9% e os EUA 2,85%; entre 2006 e 2009, o México decresceu -0,05%, a ALC cresceu 2,25% e os EUA 0,32%; entre 2010 e 2013, o México cresceu 2,45%, a ALC 2,82% e os EUA 2,15%. Isto aponta como a aproximação do México com uma economia maior, colocando sua dinamicidade na dependência de seu vizinho do Norte, não só reduziu com o tempo seu crescimento, como ampliou a vulnerabilidade em relação a uma potência que vem apresentando sinais de decadência enquanto potência hegemônica (ARRIGHI, 1996; MARTINS, 2011). Atualmente, os “[...] ciclos do PIB [do] México e dos Estados Unidos estão altamente sincronizados. Isso se deve principalmente ao alto grau de integração da economia mexicana à estadunidense – em particular, desde a assinatura do Tratado de Livre Comércio”¹⁶ (DELAJARA, 2012, p.1, tradução nossa). De fato, “o México pertence geograficamente à América do Norte, e desde sua incorporação ao Nafta, em 1994, se transformou num pedaço inseparável da economia americana” (FIORI, 2013, s.p.).

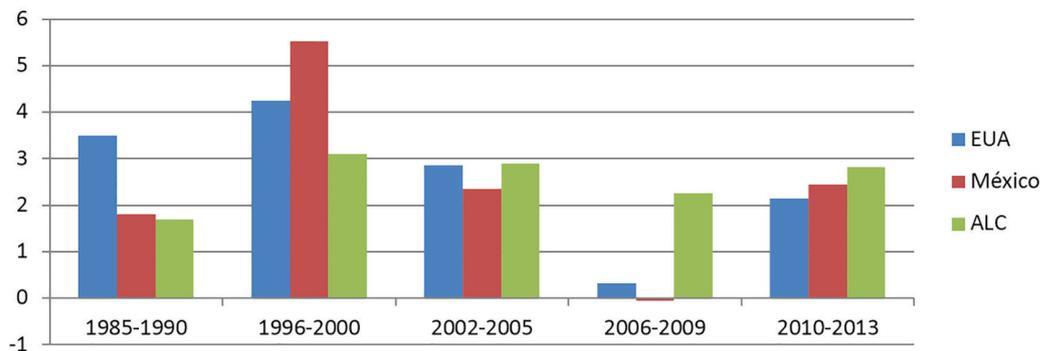
Contudo, a sincronização não significou convergência. Se em 1993 o PIB por trabalhador do México equivalia a 35% dos EUA, em 2012 era 30%; já o PIB per capita mexicano era 31,4% do estadunidense em 1993 e 29% em 2012 (ESQUIVEL, 2014). Mesmo

[...] que um ajuste importante para baixo ocorreu em ambos os casos em 1995 (como resultado da crise pela qual passou o México nesse ano), [...] esta queda inicial nunca foi recuperada no caso do PIB por trabalhador e que, pelo contrário, foi se aprofundando ao longo dos anos. No caso do PIB per capita, esta queda inicial se tem mantido relativamente estável, porém não se pôde sequer regressar aos níveis prévios ao TLCAN.¹⁷ (ESQUIVEL, 2014, tradução nossa)

Ainda que tenha havido ligeiro aumento da taxa média real de crescimento do PIB mexicano do período neoliberal pré-NAFTA (1983-1993) para o neoliberal pós-NAFTA (1994-2013), passando de 1,9% para 2,6%, a média total de 2,3% em todo o ciclo neoliberal é extremamente mais baixa que no período de economia fechada e intervenção do Estado (1940-1982) que foi de 6,1% (CHÁVEZ, 2014). Mesmo o crescimento médio no período neoliberal pós-NAFTA pode ser atribuído à coincidência de seu início com um novo Kondratiev em ascensão.

A sincronização com os EUA aprofundou as desigualdades regionais, pois “[...] a crescente integração ao ciclo produtivo da economia de Estados Unidos [...] levou às empresas manufatureiras mexicanas a concentrar-se geograficamente na região norte do México, nos estados fronteiriços com os EUA”¹⁸ (DELAJARA, 2012, p.1, tradução nossa).

Gráfico 2 – Evolução do Crescimento do PIB nos EUA, México e América Latina e Caribe em períodos selecionados



Fontes: Para 1990, 1995-1999, CEPAL (2000); para 2000-2005, CEPAL (2005); para 2006-2013, CEPAL (2014). Para os EUA, o *World DataBank*, do Banco Mundial (<http://data-bank.worldbank.org/>).

Essa sincronização levou a uma inserção ainda mais dependente do México que “[...] respondeu à integração comercial principalmente pela especialização em processos intensivos em trabalhos não-qualificados em fábricas de montagem de fácil transferência”¹⁹ (CHIQUIAR; RAMOS-FRANCIA, 2004, p.3, tradução nossa), que o coloca em uma relação de fragilidade frente aos EUA e possibilita que mesmo os ganhos que possa ter estejam constantemente ameaçados, pois os *links* estabelecidos com os EUA “[...] através do comércio poderia ser facilmente enfraquecido pela entrada no comércio global e nos fluxos de investimentos de outros países abundantes em mão de obra desqualificada, que poderiam ceifar as vantagens comparativas iniciais do México”²⁰ (CHIQUIAR; RAMOS-FRANCIA, 2004, p.3, tradução nossa). Ainda assim, “[...] a entrada de competidores asiáticos do México no mercado de manufaturas de exportação não parece ter afetado o grau de sincronização cíclica entre as medidas agregadas de atividade econômica do México e dos EUA”²¹ (DELAJARA, 2012, p.5, tradução nossa), pois teve apenas um “[...] efeito temporário, devido a que as novas circunstâncias levaram as empresas exportadoras mexicanas a especializar-se em categorias de produtos nas quais permaneceram competitivas”²² (DELAJARA, 2012, p.5, tradução nossa).

É verdade que desde meados dos anos sessenta, “México permitiu a criação de *maquiladoras*, fábricas de montagem de propriedade estrangeira com isenção de impostos, através de seu ‘Programa de Industrialização da Fronteira’ [Itálico no original]”²³ (CHIQUIAR; RAMOS-FRANCIA, 2004, p.5, tradução nossa). Porém, estas ganharam impulso e generalização com o NAFTA. As *maquiladoras* permitiram às firmas estadunidenses “[...] tirou vantagem da proximidade do México e salários mais baixos para realizar operações rotineiras e intensivas em trabalho não qualificado em seus processos de produção”²⁴ (CHIQUIAR; RAMOS-FRANCIA, 2004, p.5, tradução nossa). Isto, pois a “[...] diferença salarial entre os Estados Unidos e o México é tão grande que para muitas empresas é atrativo deslocar os segmentos mais intensivos do processo de produção” (RAJCHENBERG, 2006, p.775). Estas *maquiladoras*, em “[...] termos econômicos, significa[m] o barateamento dos custos de produção: a montagem

19. “[...] responded to trade integration mostly by specializing in unskilled labor-intensive processes conducted in footloose assembly manufacturing plants.”

20. “[...]through trade could be easily weakened by the entry into global trade and investment flows of other unskilled labor-abundant countries that could reap off Mexico’s initial comparative advantages”.

21. “[...] la entrada de competidores asiáticos de México al mercado de manufaturas de exportación no parece haber afectado el grado de sincronización cíclica entre las medidas agregadas de actividad económica de México y EUA”.

22. “[...] efecto temporal, debido a que las nuevas circunstancias llevaron a las empresas exportadoras mexicanas a especializarse en categorías de productos en las cuales permanecieron competitivas”.

23. “Mexico allowed the creation of foreign owned maquiladoras assembly plants with a duty-free treatment through its ‘Border Industrialization Program”.

24. “[...]take advantage of Mexico’s proximity and lower wages to conduct routine, unskilled labor-intensive operations within their production processes”.

25. “[...] virtually all materials from the U.S., use Mexican labor to conduct assembly activities, and re-export the final product”.

das peças deixa[m] de ser feita nos países em que a mão-de-obra é bem mais cara do que naqueles em que se instalam as empresas *maquiladoras*” (RAJCHENBERG, 2006, p.775). Estas importam “[...] praticamente todos os materiais vindos dos EUA usam trabalho mexicano para conduzir atividades de montagem e reexportar o produto final”²⁵ (CHIQUIAR; RAMOS-FRANCIA, 2004, p.5, tradução nossa). Estas,

[...] cujas exportações representavam quase a metade do total, adquiria apenas 3% de seus insumos no mercado nacional, enquanto 42% das exportações não *maquiladas* continham 30% de conteúdo nacional incluindo o salário pago aos trabalhadores. Em contraste, em 1982, as exportações de manufaturados continham 91% de insumos nacionais. (RAJCHENBERG, 2006, p.775)

26. “[...] probable que el peso relativo de las maquiladoras haya aumentado en los años subsecuentes”.

Isto tudo significa que os investimentos produtivos feitos, bem como as exportações, não servem como estímulo ao desenvolvimento autônomo do México, mas o torna mais dependente dos EUA, com sua economia externalizando os pólos de decisão e planejamento para o outro lado do Rio Bravo. Com o NAFTA, os “[...] elos produtivos foram rompidos e a indústria de bens de capital, certamente pequena, foi varrida” (RAJCHENBERG, 2006, p.775). A ampliação da exportação dos manufaturados na pauta de exportação mexicana não consegue esconder esse processo de desnacionalização: o peso das exportações por maquiladoras subiu de já altos 59% em 1993, para 62% em 2006, sendo “[...] provável que o peso relativo das maquiladoras tenha aumentado nos anos subseqüentes”²⁶ (CHÁVEZ, 2014, tradução nossa). Excluídas as maquiladoras, e considerando “[...] os produtos agropecuários, petrolíferos e minerais, a participação propriamente mexicana dificilmente supera os 40 por cento das exportações totais” (CHÁVEZ, 2014, tradução nossa)²⁷. O déficit da balança comercial de vários setores da indústria mexicana se agigantou entre 1993 e 2013, “[...] a indústria agroalimentar elevou seu déficit de 2 bilhões a quase 4 bilhões. A têxtil de 1,2 bilhões a 3,9 bilhões. A siderúrgica de 2,1 bilhões a 8,4 bilhões. A química de 2,3 bilhões a 13,3 bilhões. A petroquímica de 975 milhões a 15 bilhões”²⁸ (CHÁVEZ, 2014, tradução nossa).

27. “[...] os productos agropecuarios, petroleros y mineros, la participación propiamente mexicana difícilmente supera el 40 por ciento de las exportaciones totales”.

As maquiladoras se utilizam fundamentalmente de mão-de-obra feminina, que efetuam “[...] processos de trabalhos repetitivos, perigosos, como no caso da montagem dos eletrônicos, ou desgastantes, as operárias são substituídas quando seu rendimento começa a declinar” (RAJCHENBERG, 2006, p.775). As maquiladoras são utilizadas como “[...] arma das multinacionais para pressionar a queda dos salários, com a ameaça de levar as montadoras para outros países da América Latina ou para a China” (RAJCHENBERG, 2006, p.775). Isso se reflete principalmente sobre as “mulheres jovens, que são a maioria, [que] têm salário médio de US\$0,50 por hora, carecem de segurança trabalhista e de benefícios e frequentemente são vítimas de assédio sexual” (AGUILAR, 2006, p.844).

28. “[...] la industria agroalimentaria elevó su déficit de 2 mil millones a casi 4 mil. La textil de 1.2 mil millones a 3.9 mil. La siderúrgica de 2.1 mil millones a 8.4 mil millones. La química de 2.3 mil millones a 13.3 mil millones. La petroquímica de 975 millones a 15 mil millones”.

Do início do NAFTA até 2006 “se instalaram mais de 2.700 *maquiladoras*, que emprega[vam] 1,3 milhão de trabalhadores” (AGUILAR, 2006, p.844). Entre os efeitos sentidos pela classe trabalhadora mexicana após o NAFTA este forçou “milhões de mexicanos a aceitarem salários menores do que o mínimo nacional de US\$3,40 por dia. O custo de vida experimentou aumento de 274%, enquanto os salários diminuía[m] 30%” (AGUILAR, 2006, p.844). Não foi só isso: os “[...] trabalhadores, tanto dos Estados

Unidos como do México, passaram a sofrer violações nos seus direitos trabalhistas” (AGUILAR, 2006, p.844). Mesmo o rico Canadá sofreu com a perda de “[...] boa parte de seu setor manufatureiro, e as desigualdades agravaram-se, ameaçando seus programas sociais e de proteção do meio ambiente” (AGUILAR, 2006, p.844).

Tabela 2 – Saldo Comercial mexicano (1990-2011)

Ano	Exportações (milhões US\$)	Importações (milhões US\$)	Saldo Balança Comercial (Milhões US\$)	Saldo da Balança Comercial excluindo as exportações petrolíferas (milhões US\$)
1990	30.4	31.3	-0.9	-11.0
1991	31.3	38.2	-6.9	-15.1
1992 [¥]	-----	-----	-2.453	-----
1993	51.886	65.367	-13.481	-20.899
1994	60.882	79.346	-18.464	-25.909
1995	79.542	72.453	7.089	-1.334
1996	96.000	89.469	6.531	-5.123
1997	110.431	109.808	624	-10.699
1998	117.460	125.373	-7.913	-15.047
1999	136.703	142.064	-5.361	-15.281
2000	166.455	174.458	-8.003	-24.386
2001	158.443	168.396	-9.954	-22.752
2002*	161.046.0	168.678.9	-7.632.9	-15.660.1
2003*	164.766.4	170.545.8	-5.779.4	-15.857.4
2004*	187.998.6	196.809.7	-8.811.1	-21.245.4
2005*	214.233.0	221.819.5	-7.586.6	-23.081.4
2006*	249.925.1	256.058.4	-6.133.2	-25.513.0
2007*	271.875.3	281.949.0	-10.073.7	-27.618.4
2008*	291.342.6	308.603.3	-17.260.7	-32.239.1
2009*	229.703.6	234.385.0	-4.681.4	-15.050.3
2010*	298.473.1	301.481.8	-3.008.7	-14.490.9
2011*	349.375.0	350.842.9	-1.467.8	-15.148.8

[¥] Só foi possível encontrar o saldo comercial, sem outros valores.

* A última coluna exclui as exportações petrolíferas e as importações petrolíferas (discriminadas pela primeira vez no Informe de 2011).

Fonte: Informe anual do Banco do México, para 1990 e 1991 (o informe de 1991); para 1992 (1993); para 1993 (1995), para 1994 a 1996 (1996); para 1997 a 1999 (1999); Para 2000 e 2001 (2002); para 2002 a 2010 (2011); para 2011 (2012)²⁹.

Os problemas existem mesmo no centro do tratado, a parte comercial. Como os dados da balança comercial indicam, a entrada no NAFTA produziu após o primeiro ano de vigência (1994) o maior déficit da série (-18.464) e saldos positivos apenas entre 1995-97, contudo incapazes de cobrir o déficit de 1994. Após isto, todos os anos foram de saldos negativos, o que demonstra que o problema é permanente nos marcos do NAFTA. Estes só não foram mais graves graças às exportações petrolíferas, que tem crescido e passaram de 8,3% do total das exportações em 2001 para 16,1% em 2011 (SÁNCHEZ, 2012), ainda que tenha avançado o

29. Acessíveis em <http://www.banxico.org.mx/dyn/publicaciones-y-discursos/publicaciones/informes-periodicos/anual/indexpage.html>.

30. “[...] desmantelamiento neoliberal deliberado para reducir a la industria al extractivismo, a la simple extracción y exportación del crudo de escaso valor agregado”.

“[...] desmantelamento neoliberal deliberado para reduzir a indústria ao extrativismo, à simples extração e exportação do bruto de escasso valor agregado”³⁰ (CHÁVEZ, 2014, tradução nossa). A maior parte do déficit é com os EUA: no último ano antes da entrada em vigência do NAFTA, em 1993, 60% das exportações mexicanas eram manufaturados vendidos aos EUA e 64% das importações mexicanas provinham do país vizinho; em 2002-2003 ascendiam a 70% das exportações os manufaturados dirigidos aos EUA; por sua vez, a participação das exportações de manufaturados estadunidenses vendidos ao México sobre o total das exportações de manufaturados dos EUA subiu no mesmo período de 9,6% para 14,2% e a participação dos manufaturados mexicanos nas importações americanas subiu de 6,5% para 11% (CHIQUIAR; RAMOS-FRANCIA, 2004). “Ao término do século XX, 90% das exportações mexicanas eram dirigidas para ele [os EUA], quando em 1982 [...] representavam 50% dos intercâmbios comerciais” (RAJCHENBERG, 2006, p.775). Apesar do aumento das exportações mexicanas com o NAFTA, “as importações de bens de capital igualmente cresceram: durante os primeiros anos de existência do tratado, as importações de bens de capital subiram quase 100%” (RAJCHENBERG, 2006, p.775).

Um “[...] sintoma de ruptura dos vínculos sociais, [é] o auge da economia do crime, na qual desempenha um papel de primeira ordem o *narcotráfico*, cuja magnitude real não pode obviamente ser conhecida” (RAJCHENBERG, 2006, p.775-776). Um resultado não difícil de medir é o desemprego gerado: só até 2006 foram fechados 400 mil postos de trabalho na indústria estadunidense e mais de 700 mil no setor manufatureiro (AGUILAR, 2006). E, “[...] também no México, o NAFTA produziu sensível redução de empregos, lançou à pobreza cerca de 8 milhões de pessoas pertencentes à classe média, eliminou mais de 28 mil pequenas empresas, que não podiam competir com as multinacionais” (AGUILAR, 2006, p.844).

Um bom resumo do México no pós-NAFTA é dado por Fiori (2014, s.p.):

[...] com relação ao Nafta, a economia mexicana se beneficiou em alguns poucos setores dominados pelo capital americano, como automobilística e eletrônica, mas ao mesmo tempo, nestes últimos vinte anos, o México foi o único dos grandes países latino-americanos em que a pobreza cresceu, atingindo hoje, 51,3% da sua população. Hoje a economia mexicana é inseparável da americana e a política externa do país tem escassíssimos graus de liberdade, atuando quase sempre como ponta de lança da política econômica internacional dos EUA, como no caso explícito da ‘Aliança do Pacífico’.

O crescimento da pobreza é um dos aspectos mais graves, pois se o impulso para o crescimento foi se esgotando após algum tempo, o salto para a pobreza foi rápido, passando de 21,46% para 50,97% apenas entre 1994 e 1998 (EL OBSERVADOR, 2002).

Como resultado dessa hecatombe econômica e social, ao contrário das promessas pré-NAFTA de redução da emigração para os EUA, esta explodiu: em 1990 a estimativa de mexicanos morando nos EUA era de 4,4 milhões de pessoas, em 2011 superava os 11,7 milhões, crescimento de mais de 150% no período e de 4,8% ao ano! (ESQUIVEL, 2014). Durante a “[...] década de 1990, o número de emigrantes para os Estados Unidos cresceu 97%

e durante os três primeiros anos do novo século, 13%” (RAJCHENBERG, 2006, p.775). Entre as causas, está a crise no campo mexicano sob o impacto do NAFTA: nos primeiros oito anos 2,7 milhões de granjeros mexicanos abandonaram suas terras (EL OBSERVADOR, 2002).

Por sua vez, a emigração para o Norte não foi facilitada pela existência do NAFTA, pois desde 2009 se impôs a exigência de visto pelo Canadá, e recrudesceram as medidas nos EUA, como o *Secure Fence Act* de 2006, de Bush, que ampliou o aparato repressivo, construiu o “muro da vergonha” separando a fronteira, com mais de mil e cem quilômetros, e liberou a “caça” humana de imigrantes nos limites sul dos EUA (CHÁVEZ, 2014).

Por fim, cabe ressaltar que os efeitos do NAFTA vão além da desigualdade entre nações e interna a cada país, mas minam as bases mínimas democráticas, ao ampliar os poderes das grandes corporações monopolísticas e diminuir a capacidade de intervenção popular, como aponta Joseph Stiglitz, que abordando o Capítulo 11 do NAFTA afirma que

[...] dá mais direitos aos investidores estrangeiros do que aos investidores nacionais. Isso lhes permite uma compensação (em um processo legal que está longe de ser transparente) para «receitas regulatórias» (reduções no valor de, digamos, uma propriedade ou negócio por causa de alguma regulamentação), mesmo que o Congresso e os tribunais norte-americanos tenham rejeitado sistematicamente tal compensação. Fornece aos investidores reparação pelo que veem como danos sofridos, sem fornecer ajuda comparável aos cidadãos comuns que sofrem como resultado de danos causados por firmas estrangeiras prejudicando o ambiente³¹. (CARNEGIE COUNCIL ON ETHICS AND INTERNATIONAL AFFAIRS, 2003, p.12-13, tradução nossa)

31. “[...] gives more rights to foreign investors than to domestic investors. It allows them compensation (in a legal process that is far from transparent) for “regulatory takings” (reductions in the value of, say, a property or business because of some regulation), even though Congress and the courts in America have systematically rejected such compensation. It provides investors redress for what they view as injuries suffered, without providing comparable help for ordinary citizens who suffer as a result of injuries caused by foreign firms damaging the environment.”

Conclusão

Como demonstrou o estudo sobre o NAFTA, a primeira e mais desenvolvida integração comercial regional entre países centrais e periféricos, a análise marxista confirmou-se na realidade. Também a CEE nos anos 1980 já incorporara países semiperiféricos, como o Estado Espanhol e Portugal, e periférico como Grécia, mas com a União Européia atraiu enorme quantidade de países periféricos do Leste. Como a crise econômica atual prova, com os casos mais gritantes de Portugal e Grécia, a dinâmica de dependência e periferação que a integração entre desiguais promove para os países mais atrasados não é particular ao NAFTA, mas é generalizável.

Três efeitos foram sentidos derivados desse processo de integração e que são condizentes com as análises marxistas: a) no nível das relações entre países, a integração permitiu a ampliação da dependência econômica do México aos Estados Unidos; b) no nível das relações econômicas gerais, ampliou-se o controle e a capacidade de exploração dos grandes monopólios sobre as duas economias, mas principalmente sobre o México; c) no nível das relações de classe, tanto a classe trabalhadora estadunidense quanto a mexicana foram afetadas pela ampliação do desemprego e as pressões pela rebaixa dos salários, com os efeitos precarizantes e de ampliação da exploração. A interação entre o nível a) e c) levou a que a classe trabalhadora mexicana sofresse as consequências mais intensas,

com a desestruturação social e seus diversos sintomas, como a feminização da força de trabalho (com exploração ainda mais profunda), a redução salarial abrupta e o crescimento da narcoeconomia.

É claro que é necessário aprofundar o estudo sobre o caso do NAFTA e sobre outras integrações desiguais, mas este estudo inicial aponta para a confirmação da hipótese do trabalho, de que a teoria marxista responde corretamente à realidade dessas integrações desiguais. E permite responder positivamente à pergunta de partida: se havia alguma base real para as proposições da teoria marxista sobre o caráter desestruturador para os países periféricos da integração comercial com os países centrais. Como consequência prática mais importante disto é que deve se indicar aos países periféricos, dependentes, que devem suspender os debates sobre integrações com os países centrais e aprofundarem-se os processos de integração econômica entre os países periféricos. A partir dessa análise, pode se apontar como o único caminho frente à globalização imperialista a construção de blocos econômicos entre países dependentes – excluindo os países imperialistas – que estabeleçam políticas de convergência econômica intrabloco e proteção frente aos efeitos deletérios do livre comércio com os países centrais e o sistema imperialista de aprofundamento da desigualdade. Desta forma, ajudariam na ruptura das relações de dependência e na evolução material e elevação social das grandes massas desses países que sofrem com os efeitos da superexploração da força de trabalho. Os elementos para esse momento positivo da análise devem ser desenvolvidos em outro momento, pois extrapolam os limites deste artigo, mas entre eles se pode adiantar a necessidade do protagonismo popular nesse processo.

Referências

- AGUILAR, P.L. NAFTA. In: SADER, E.; JINKINGS, I.; NOBILE, R.; MARTINS, C.E. (Coords.). **Latino-americana** – Enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: LPP, 2006.
- AMIN, S. **A Índia, uma grande potência?**. s.d. Disponível em: <http://resistir.info/samir/india_samir_port.html>. Acesso em 30 mar. 2017.
- ANAYA, A. **Balanço dos efeitos do TLCAN no México**. 2005. Disponível em: <http://resistir.info/mexico/tlcan_anaya_mar05.html>. Acesso em 30 mar. 2017.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. Economía de dos mundos. **Monthly Review**, vol.IV, n.393, p.314-38, 1967.
- CARNEGIE COUNCIL ON ETHICS AND INTERNATIONAL AFFAIRS. **Multilateral Strategies to Promote Democracy**. New York: Carnegie Council, 2003. Disponível em: <https://www8.gsb.columbia.edu/faculty/jstiglitz/sites/jstiglitz/files/2004_Multilateral_Strategies_to_Promote_Democracy.pdf>. Acesso em 15 mai. 2017.
- CHÁVEZ, M. **TLCAN: “agotado”, porque Estados Unidos quiere más**. 2014. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article182700.html>>. Acesso em 15 mai. 2017.
- CHIQUIAR; RAMOS-FRANCIA. **Bilateral Trade and Business Cycle Synchronization: Evidence from Mexico and United States Manufacturing Industries**. México, D.F.: Banco de México, 2004. Disponível em: <<http://www.banxico.org.mx/publicaciones-y-discursos/publicaciones/documentos-de-investigacion/banxico/%7BBDD434B39-5D93-F5C5-AF37-8B25297173F8%7D.pdf>>. Acesso em 15 mai. 2017.
- COSTA, C. G. **Temas de Relações Econômicas Internacionais**. Lisboa: ISCSP, 2010.
- DELAJARA, M. **Sincronización entre los Ciclos Económicos de México y Estados Unidos**.

- Nuevos Resultados con Base en el Análisis de los Índices Coincidentes Regionales de México. México, D.F.: Banco de México, 2012. Disponível em: <<http://www.banxico.org.mx/publicaciones-y-discursos/publicaciones/documentos-de-investigacion/banxico/%7BD80698DA-6F2E-B6D3-CE33-F51309ABD113%7D.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2017.
- EL OBSERVADOR ECONÓMICO. **Los efectos del NAFTA sobre México**. 2002. Disponível em: <http://www.elobservadoreconomico.com/archivo_anterior/127/portada4.htm>. Acesso em 30 mar. 2017.
- ESQUIVEL, G. El TLCAN: 20 años de claroscuros. **Foreign Affairs Latinoamérica**, dez. 8. 2014. Disponível em: <<http://revistafal.com/el-tlcan-20-anos-de-claroscuros-2/>>. Acesso em 30 mar. 2017.
- FRANK, G. The Development and Underdevelopment. **Monthly Review**, vol.18, n.4, p.17-31, 1966.
- FIORI, J.L. José Luís Fiori: O “cisma do Pacífico”. **Viomundo**, 28 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/jose-luis-fiori-o-cisma-do-pacifico.html>>. Acesso em 30 mar. 2017.
- FIORI, J.L. Brasil, EUA e o “hemisfério ocidental”. **Luis Nassif Online**, 29 jan. 2014. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/o-desenho-da-geopolitica-nas-americas-por-jose-luis-fiori>>. Acesso em 30 mar. 2017.
- GUIMARÃES, M.H. **Economia Política do Comércio Internacional: Teorias e Ilustrações**. Cascais: Principia, 2005.
- LENINE, V.I. **Imperialismo – estágio supremo do capitalismo** (2ª ed.). Coimbra: Centelha, 1974.
- LIST, F. **The National System of Political Economy**. 1909. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/YPDBooks/List/1stNPECover.html>>. Acesso em 30 mar. 2017.
- MARINI, R.M. Dialética da Dependência, 1973. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (Orgs.), **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p.137-180.
- MARINI, R.M. Desenvolvimento e dependência, 1992. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (Orgs.), **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p.221-224.
- MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K. **El Capital – Tomo III**. s.d.a. Disponível em: <<http://aristobulo.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2008/10/marx-karl-el-capital-tomo-iii.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2017.
- MARX, K. **A dominação britânica na Índia**. s.d.b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>>. Acesso em 30 mar. 2017.
- MARX, K. **Os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia**. s.d.c. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/22.htm>>. Acesso em 30 mar. 2017.
- MARX, K. **Sobre a Questão do Livre-Câmbio**. s.d.d. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/01/07.htm>>. Acesso em 30 mar. 2017.
- RAJCHENBERG, E. México. In: SADER, E.; JINKINGS, I.; NOBILE, R.; MARTINS, C.E. (Coords.). **Latino-americana – Enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: LPP, 2006.
- SÁNCHEZ, E. Crece en una década dependencia petrolera. **El Economista**, 15 jan. 2012. Disponível em: <<http://eleconomista.com.mx/industrias/2012/01/15/crece-decada-dependencia-petrolera>>. Acesso em 12 set. 2015.
- SANTOS, T. **Economía Mundial – La integración latinoamericana**. México, D.F.: Plaza Janés, 2004.
- SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011.
- STIGLITZ, J. **Globalization and its discontents**. New York: W. W. Norton, 2002.